

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público
Diretoria de Estágios e Convênios Acadêmicos

CONVÊNIO Nº 063 / 2020

CONVÊNIO DE DISPOSIÇÃO DE ESTAGIÁRIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, POR INTERMÉDIO DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS E O MUNICÍPIO DE EXTREMA.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, por intermédio da **Procuradoria-Geral de Justiça**, com sede na Av. Álvares Cabral, 1.690, Bairro Santo Agostinho, nesta Capital, inscrita no CNPJ sob o nº 20.971.057/0001-45, neste ato representada pelo Procurador-Geral de Justiça, Doutor **Antônio Sérgio Tonet**, doravante denominada **Procuradoria**, e o **Município de Extrema**, com sede na Avenida Delegado Waldemar Gomes Pinto, nº 1624, Praça Três Poderes, bairro da Ponte Nova, inscrito no CNPJ sob o nº 18.677.591/0001-00, neste ato representado pelo Prefeito, Senhor **João Batista da Silva**, doravante denominado **Município**, celebram o presente Convênio, nos termos da Lei Federal nº 8.666/1993, da Lei Federal nº 11.788/2008, da Lei Complementar Estadual nº 34/1994, da Resolução CNMP nº 42/2009 e da Resolução PGJ nº 30/2018, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente convênio tem por objetivo formalizar as condições de concessão de estágio a 1 (um) estudante regularmente matriculado em ensino de graduação ou pós-graduação, pelo **Município** para estagiar junto à Promotoria de Justiça da Comarca de Extrema.

CLÁUSULA SEGUNDA - São Obrigações Conjuntas dos Convenentes:

- 1) Elaborar e firmar Termo de Compromisso de Estágio, nos termos do parágrafo único do artigo 7º da Lei Federal nº 11.788/2008, obedecidas as cláusulas acordadas no presente convênio.
- 2) Solicitar às instituições de ensino a designação dos professores orientadores que acompanharão o estágio;
- 3) Elaborar o plano de atividades, como parte integrante do Termo de Compromisso de Estágio, sendo assinado pelo **Município**, pelo supervisor indicado pela **Procuradoria**, o orientador indicado pela instituição de ensino e o estagiário ou seu responsável legal, caso o mesmo seja menor de 18 anos.

CLÁUSULA TERCEIRA - São Obrigações da Procuradoria:

- 1) Realizar o processo seletivo dos candidatos ao estágio, respeitadas as disposições legais e regulamentares vigentes;
- 2) Indicar Promotor de Justiça para supervisionar o estágio, a fim de assegurar que os estagiários obtenham seu aprendizado e de garantir o direcionamento das atividades;
- 3) Encaminhar ao **Município**, mensalmente, a folha eletrônica de frequência de estágio, apurada nos termos da Resolução PGJ nº 30/2018.
- 4) Comunicar ao **Município** quaisquer alterações relevantes na relação de estágio, tais como horário, endereço, lotação e suspensão temporária de atendimento.
- 5) Prestar informações solicitadas pelo **Município**, sempre que necessário;
- 6) Conceder anualmente recesso de 30 dias aos estagiários, nos termos da Resolução PGJ nº 30/2018;
- 7) Encaminhar os relatórios semestrais de atividades de estágio para as instituições de ensino em que os estudantes estiverem matriculados;
- 8) Emitir certificado de conclusão do estágio ou certidão na qual deverá constar a especificação de sua natureza, a carga horária global.

CLÁUSULA QUARTA - São Obrigações do Município:

- 1) Promover o pagamento de bolsa mensal de estágio e auxílio transporte, nos termos estabelecidos no termo de compromisso de estágio, celebrado assinado entre o **Município**, a **Procuradoria**, a instituição de ensino e o estagiário.
- 2) Contratar, em favor do **Estagiário**, seguro contra acidentes pessoais, nos termos da Lei Federal nº 11.788/2008.
- 3) Avaliar os resultados do presente Convênio e sugerir as alterações julgadas necessárias;
- 4) Conceder anualmente recesso remunerado de 30 (trinta) dias aos **Estagiários** nos termos do artigo 13 da Lei Federal nº 11.788/2008;
- 9) Divulgar a existência do presente Convênio.

CLÁUSULA QUINTA - Nos termos do disposto na Lei Federal nº 11.788/2008, o estágio não criará, para qualquer efeito, vínculo empregatício entre a **Procuradoria**, o **Município** e o estagiário.

CLÁUSULA SEXTA - O estudante deverá exercer o estágio pelo tempo previsto em seu respectivo Termo de Compromisso, cuja duração não poderá exceder 2 (dois) anos.

§1º A duração do estágio de estudantes graduandos com deficiência poderá exceder 2 (dois) anos, estendendo-se até a data da colação de grau.

§2º Caso o estágio tenha duração superior a 1 (um) ano, fica assegurado ao estagiário período de recesso remunerado de 30 (trinta) dias corridos, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

CLÁUSULA SÉTIMA - A jornada do estágio será de 4 (quatro) a 6 (seis) horas diárias, a ser cumprida na unidade administrativa indicada pela **Procuradoria**, de segunda a sexta-feira, em período compatível com o horário escolar, conforme previsto no Termo de Compromisso de Estágio.

CLÁUSULA OITAVA - Caberá ao Município o pagamento de bolsa mensal de estágio e de auxílio transporte, cujos valores serão definidos no Termo de Compromisso de Estágio e correrão por conta das dotações orçamentárias:

N.º 0000034 - CONTRIBUIÇÕES

N.º 0000037 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA E;

N.º 0000038 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA.

CLÁUSULA NONA - Para a realização do estágio, caberá ao **Município** ônus e a responsabilidade de providenciar a contratação e manutenção de seguro de acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, de caráter obrigatório, em favor do **Estagiário**, devendo constar no Termo de Compromisso o número da Apólice de Seguro e a Razão Social da Seguradora.

CLÁUSULA DÉCIMA - O presente Convênio tem vigência de 60 (sessenta) meses a partir de 15/06/2020, podendo ser modificado por meio de termos aditivos e rescindido nos termos da cláusula décima terceira.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O presente Convênio poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante aviso por escrito, com antecedência mínima de 30 (tinta) dias, por qualquer uma das partes, por acordo entre elas, por inadimplência de alguma cláusula ou por superveniência de fatos ou motivos que o tornem material ou formalmente inviável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - As partes se obrigam a cumprir fielmente os termos do convênio ora firmado, ficando eleito o foro de Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer dúvidas ou questões dele advindas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O presente Convênio será publicado pela Procuradoria no Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, de acordo com a Lei Federal 8.666/1993.

Procuradoria:

Antônio Sérgio Tonet

Procurador-Geral de Justiça

Município:

João Batista da Silva

Prefeito Municipal de Extrema

Testemunhas:

1) Ricardo Naves Silva Melo

MAMP 4911-00 - 067.999.946-99

2) Anderson Melo de Souza

MAMP 429700 - 070.802.846-27



Documento assinado eletronicamente por **João Batista da Silva, Usuário Externo**, em 01/07/2020, às 13:04, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO SERGIO TONET, PROCURADOR-GERAL DE JUSTICA**, em 01/07/2020, às 16:04, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO NAVES SILVA MELO, COORDENADOR II**, em 01/07/2020, às 19:17, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **ANDERSON MELO DE SOUZA, ASSESSOR II**, em 01/07/2020, às 22:10, conforme art. 22, da Resolução PGJ n. 27, de 17 de dezembro de 2018.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.mpmg.mp.br/sei/processos/verifica>, informando o código verificador **0270311** e o código CRC **40054AAD**.

Processo SEI: 19.16.2154.0010680/2020-06 /
Documento SEI: 0270311

Gerado por: SFA/DECA

AVENIDA ALVARES CABRAL, 1740 - Bairro SANTO AGOSTINHO - Belo Horizonte/ MG - CEP 30170008

Cv. 063 de 01/07/2020 entre o MPMG/PGJ e o Município de Extrema. Objeto: Estágio Curricular Supervisionado. Valor: sem ônus. Vigência: 15/06/2020 a 14/06/2025.

Cv. 064 de 08/06/2020 entre o MPMG/PGJ e a Faculdade Dom Alberto-FDA. Objeto: Estágio Curricular Supervisionado. Valor: sem ônus. Vigência: 08/06/2020 a 07/06/2025.

Cv. 065 de 08/06/2020 entre o MPMG/PGJ e a Faculdade da Região Serrana - Farese. Objeto: Estágio Curricular Supervisionado. Valor: sem ônus. Vigência: 08/06/2020 a 07/06/2025.

Cv. 67 de 29/06/2020 entre o MPMG/PGJ e a Faculdade IDDE. Objeto: Estágio Curricular Supervisionado. Valor: sem ônus. Vigência: 29/06/2020 a 28/06/2025.

T.A 016 de 01/07/2020, ao Cv. 069/2019, entre o MPMG/PGJ e o Município de Serranos. Objeto: Alteração da Cláusula Primeira. Valor: sem ônus. Vigência: 30/05/2019 a 29/05/2024.

T.A 017 de 01/06/2020, ao Cv. 138/2015, entre o MPMG/PGJ e o Município de Periquito. Objeto: Alteração da Cláusula Primeira. Valor: sem ônus. Vigência: 09/10/2015 a 08/10/2020.

T.A 018 de 01/06/2020, ao Cv. 018/202018, entre o MPMG/PGJ e o Município de Governador Valadares. Objeto: Alteração da Cláusula Primeira. Valor: sem ônus. Vigência: 24/03/2018 a 23/03/2023.

T.A 019 de 01/06/2020, ao Cv. 148/2015, entre o MPMG/PGJ e o Município de Marilac. Objeto: Alteração da Cláusula Primeira. Valor: sem ônus. Vigência: 09/10/2015 a 08/10/2020.

PROCURADOR-GERAL ADJUNTO ADMINISTRATIVO

Ratifica ato que autoriza a locação do imóvel situado na Rua Oito, n.º 399, Centro, em Canápolis/MG, a ser celebrado com os Senhores Odenir Pedro de Alcântara e Clenilda Maria da Silva Alcântara, pelo período contratual de 12 (doze) meses, mediante dispensa de licitação 035, de 02/07/20, SEI n. 19.16.3712.0009399/2020-68, com fulcro no art. 24, inciso X, da Lei Federal n.º 8.666/93. Valor total: R\$ 26.020,00. Dotações orçamentárias: 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.36-11 Fonte 10.1, 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.39-13 Fonte 10.1, 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.39-12 Fonte 10.1, 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.47-03 Fonte 10.1 e 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.47-07 – Fonte 10.1.

Ct. SIAD 9251730, Ct. 087 de 02/07/20, SEI nº 19.16.3712.0009399/2020-68, entre o MPMG/PGJ, e os Senhores Odenir Pedro de Alcântara e Clenilda Maria da Silva Alcântara. Objeto: a locação do imóvel situado na Rua Oito, n.º 399, Centro, em Canápolis/MG. Valor global estimado: R\$26.020,00. Dotações orçamentárias: 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.36-11 Fonte 10.1, 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.39-13 Fonte 10.1, 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.39-12 Fonte 10.1, 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.47-03 Fonte 10.1 e 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.47-07 Fonte 10.1. Vigência: 02/07/20 a 01/07/21.

Ct. 093, de 02/07/20, SEI nº 19.16.3913.0010705/2020-09, entre o MPMG/PGJ e a Associação Pastoral Nacional do Povo da Rua - APPR. Objeto: a doação, pelo MPMG, dos bens descritos no Anexo Único que passam a integrar o patrimônio da Entidade, a partir de 15/06/2020. Valor total: R\$ 620,80.

Ct. 095, de 01/07/20, SEI nº 19.16.2003.0009219/2020-08, entre o MPMG/PGJ/FEPDC e o Município de Belo Horizonte. Objeto: a doação, pelo MPMG, para atendimento ao projeto "Do mercado ao Prato: Ações de Educação para o Consumo Alimentar", da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional da Prefeitura de Belo Horizonte, dos bens descritos no Anexo Único que passam a integrar o patrimônio do Município, a partir de 1/07/2020. Valor total: R\$12.604,33.

T.A. 085, de 02/07/20, ao Ct. SIAD 9194038, Ct. 094/18, SEI nº 19.16.3900.0010356/2020-24, entre o MPMG/PGJ e a empresa Algar Telecom S/A. Objeto: a prorrogação de sua vigência. Valor global estimado: R\$ 17.758,44. Dotação orçamentária: 1091.03.122.703.2.009.0001.3.3.90.40-04 Fonte 10.1. Vigência: 07/07/20 a 06/07/21. Contratação de empresa especializada para